

Deputado insiste em mudar nomes de rua

Rovênia Amorim
Da equipe do **Correio**

A polêmica nasceu em 1998, ficou adormecida até agora, mas promete esquentar a votação do Plano Diretor Local (PDL) de Ceilândia, na Câmara Legislativa, na próxima terça-feira. O deputado José Edmar (PMDB), que desde aquela época defendia a mudança dos nomes das principais avenidas da cidade, quer que o PDL consolide de vez a Lei 1.876/98, de autoria dele. Essa lei deu o nome de estados brasileiros a 21 avenidas de Ceilândia.

Nessas avenidas, há placa indicando o estado que dá nome à via. Na prática, no entanto, pouca gente se dá conta da mudança. "As ruas da cidade estão ganhando apelidos pejorativos", irrita-se José Edmar. "A Avenida M1, por exemplo, que é a Avenida Goiás, está sendo chamada de Avenida da Caixa D'Água", desespera-se o líder do governo. O deputado espera que reforçando

a alteração no PDL os verdadeiros nomes das avenidas ganhem a simpatia popular.

Mas, entre os deputados, há quem condene a alteração. O deputado Wasny de Roure (PT), relator do PDL, em 1998, entende que a mudança só vai trazer problemas à população. "Isso é algo sem relevância. Os registros terão de ser alterados", diz ele. José Edmar garante que a população não passará por transtornos.

"Não vai haver ônus nenhum, a numeração oficial vai continuar a existir. O nome das vias servirá apenas como referência", explica. "Hoje é a maior confusão. A pessoa quando quer chegar a QMN 23, precisa falar *Maria Não* para não confundir com *Maria Maria*."

FREGUESIA DO O

Outra alteração promete também criar controvérsias na sessão extraordinária de terça-feira. O PDL prevê a extinção da expansão do Setor O. No lugar do

Carlos Vieira 12.5.98



Av. Goiás, que todo mundo conhece como avenida da Caixa D'Água

bairro de 35 mil pessoas, que vai da QNO 16 a QNO 20, surgirá a QNS. A idéia também é do deputado José Edmar.

"O bairro não tem necessidade de ser agregado ao Setor O. O menino de escola tem até vergo-

nha de falar que mora na expansão", esforça-se o distrital. Mas nem todos os moradores são simpáticos à mudança. "Vamos ter de mudar as escrituras dos nossos lotes. Quem vai arcar com esse ônus?", protesta Veri-

diano Custódio de Brito, 41 anos, da Associação Comunitária da Expansão do Setor O.

Ceilândia é a quarta cidade do Distrito Federal a ter PDL. Candangolândia, Sobradinho e Taguatinga foram as primeiras. O Plano Diretor Local é o instrumento básico da política de desenvolvimento territorial e urbano de uma cidade. O PDL de Ceilândia estava para ser votado em dezembro de 1998, ainda no governo Cristovam Buarque, mas, mesmo depois de discutido com técnicos e lideranças comunitárias, o projeto recuou.

"Foi manobra política dos deputados de oposição que se tornariam governistas com a eleição de Roriz", afirma Wasny. "Não houve nenhuma alteração relevante que justificasse isso." Pior para Ceilândia. Criada em 1971, a cidade é a mais populosa do Distrito Federal. Juntamente com Taguatinga e Samambaia, o trio abriga 43% da população de mais de 2 milhões de habitantes de todo o DF.

O PDL chega atrasadíssimo. O rápido crescimento de Ceilândia sem planejamento urbanístico resultou na deterioração da qualidade de espaços públicos, conflitos no sistema viário e desequilíbrios no meio ambiente. Avaliações de técnicos do Instituto de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal (IPDF) apontam que 80% das edificações na cidade estão fora das normas vigentes.

"A cidade não vai amanhecer diferente no dia seguinte à aprovação do PDL, mas terá uma lei que trará melhorias significativas. Do jeito que estava, Ceilândia estava muito amarrada", diz a deputada Anilcéia Machado (PSDB), relatora do PDL. Entre as mudanças, um novo eixo viário ligando Ceilândia, Taguatinga e Samambaia. O uso do solo, em áreas não residenciais, passa a ser mais flexível. Exemplo disso é a avenida central. O comércio que funcionava irregular em residências passa a ser permitido.